

PROSTITUTAS E PIRIGUETES: NOVOS OLHARES SOBRE A IDENTIDADE FEMININA

Nádia Souza Dias*
Carlos Geraldo D'Andrea Espinheira**

RESUMO: *Este trabalho pretende compreender a permanência da prostituição em uma época de liberação sexual a partir da análise da configuração da identidade e da diferença de dois grupos sociais (prostitutas e piriguetes). Nos estudos sobre a prostituição duas teses são abordadas: prostituição como forma de assegurar a sobrevivência de quem nela trabalha e prostituição como forma de atender às necessidades do homem heterossexual. Os trabalhos sobre prostituição têm solidificado os conceitos referentes à mulher e à sua sexualidade. Este estudo busca analisar a identidade desses dois grupos estigmatizados no intuito de compreender a problemática construída em torno da sexualidade feminina.*

Palavras-chave: Prostitutas; Piriguetes; Identidade sexual.

INTRODUÇÃO

O contato estimulante com a pesquisa desenvolvida no Bairro do Comércio - sob orientação do Prof. Dr. Gey Espinheira – intitulada Identidade de Salvador: signos e vida cotidiana da Cidade Baixa contribuiu para o interesse no estudo sobre o “mundo da prostituição”.

No percurso da construção do objeto de pesquisa deparei com uma realidade diversa, oposta àquela retratada na literatura sobre a prostituição. O objeto de pesquisa foi construído a partir de uma conversa informal com um estudante universitário, o qual me alertou que “de nada adianta estudar a prostituição” porque, com certeza, “você não encontra nada de novo”. Além disso, “as mulheres hoje são assim: sentam no colo de qualquer um”.

Os estudos sobre a prostituição em Fortaleza, de Inar de Sousa, juntamente com o trabalho desenvolvido por Gey Espinheira na antiga Zona do Maciel (Centro Histórico de Salvador), constituíram a base teórica principal nesse projeto.

Nos estudos sobre a prostituição duas teses têm-se abordado: 1) a prostituição como forma de assegurar a sobrevivência; 2) a prostituição como “mal necessário”. Na primeira tese, discurso religioso, a prostituição é vista como um “sacrifício” realizado apenas para sobreviver. Na segunda tese, a prostituição é vinculada somente à liberação da libido, preservação das famílias da sociedade, atendimento das necessidades do homem heterossexual.

Estudos mais elaborados - para essas afirmações - são imprescindíveis para que os conceitos solidificados referentes à mulher e à sua sexualidade sejam (des)construídos. São quase inexistentes as pesquisas sobre prostituição que aborda a sexualidade feminina. No Brasil, as ciências sociais carecem de estudos sobre identidades sociais de grupos estereotipados.

Este estudo pretende compreender a permanência da prostituição em uma época de liberação sexual. Além disso, este trabalho propõe-se a: perceber os motivos e a forma como surgiu a prostituição na Conceição da Praia, bairro do Comércio; saber quais os impactos da primeira etapa de Revitalização do Comércio na atividade prostitucional desse lugar; saber como está estruturada a prostituição dos bordéis com a emergência do programa agendado por telefone; apreender – nas falas das personagens – a relação com o corpo e com a sexualidade.

* Graduanda em Sociologia/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA [.nadiadias@yahoo.com.br](mailto:nadiadias@yahoo.com.br) - Autora.

** Prof.Doutor em Sociologia, Departamento de Sociologia/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFBA. geyespin@ufba.br - Orientador

A metodologia utilizada neste trabalho é a observação participante e a escuta flutuante - fundamentais para definir o modo de ser e de estar no mundo dessas duas categorias sociais. Vernant ensina que na investigação deve-se levar em consideração a chamada “extrema alteridade” e:

[...] interrogar-se sobre a maneira como os antigos tentaram, em seu universo religioso, dar forma a esta experiência de um absolutamente outro; não mais o ser humano diferente, mas aquilo que se manifesta em relação ao ser humano, como diferença radical: em vez do homem outro, o outro do homem (1991, p.35).

As entrevistas e as conversas informais – com atores sociais, piriguetes, prostitutas e seus clientes –, bem como levantamentos sistemáticos de situações contribuirão para o arrolamento de dados e para a compreensão da percepção social sobre a sexualidade feminina.

A técnica snowball de amostragem permitirá identificar os informantes-chave - fundamentais para a apreensão da lógica do “mundo da prostituição”. Portanto, a aproximação, o contato, entrevistas, indicação (key informants) serão os passos para a coleta dos dados de campo. A introdução das histórias de vida enriquecerá a compreensão do modo de vida e da sexualidade desses grupos.

As prostitutas dos bares e dos bordéis da Conceição da Praia e as piriguetes da Praça Marechal Deodoro são as personagens selecionadas para esse estudo.

PROSTITUIÇÃO E IDENTIDADE

Na sociedade brasileira homens e mulheres não ocupam “posições iguais” (SAFFIOTI, 1987, p.13). Tal fenômeno não ocorre exclusivamente no Brasil, porém é sobre esta nação que o presente trabalho se limitará.

Em qualquer estudo sobre sociedades parte-se da análise da relação entre cultura e significado para compreender os seus sistemas de representação (HALL, 1997). Esta afirmação revela que “só poderemos compreender os significados envolvidos nesses sistemas se tivermos alguma idéia sobre quais posições-de-sujeito eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior” (WOODWARD, 2000, p.17). As identidades são produzidas pelos sistemas de representação.

Na representação estão dispostas as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são forjados, posicionando-nos como sujeitos. Damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos por meio dos significados produzidos pelas representações. Woodward revela que:

A representação, compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu queria ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (2000, p.17).

Nas práticas de significação que produzem significados são envolvidas relações de poder “incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (WOODWARD, 2000, p.18). Somos constrangidos para uma identificação seja pela gama de possibilidades oferecidas pela cultura (variedade de

representações simbólicas), seja pelas relações sociais. Woodward cita Jonathan Rutherford ressaltando que:

A identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora. A identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação (RUTHERFORD, 1990, p.19-20).

Os sistemas simbólicos permitem compreendermos as formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e, além disso, os meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados. Portanto, as identidades são contestadas.

Existe uma sobreposição entre os termos identidade e subjetividade. Partindo da psicanálise, Woodward (2000) nos revela que a subjetividade implica na compreensão que temos sobre o nosso Eu. Pensamentos e emoções conscientes e inconscientes constituem nossas concepções sobre quem nós somos. A autora sentencia que a nossa subjetividade é vivida em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significados à nossa experiência sobre nós mesmos, ao passo que adotamos uma identidade.

De acordo com a autora, nossas identidades são construídas a partir das posições que assumimos e com as quais nos identificamos e, a subjetividade, inclui as dimensões inconscientes do Eu, o que revela a existência de contradições.

Saffioti (1987) – estudando os papéis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo – argumenta que:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (1987, p.8).

A autora frisa a importância da naturalização dos papéis sociais das categorias de sexo (sem a qual a sociedade não existiria). A naturalização dos papéis atribui o espaço doméstico à mulher em virtude da sua capacidade de ser mãe. Essa forma de pensamento tenta fazer crer que “é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz” (SAFFIOTI, 1987, p.9).

A socialização dos filhos se apresenta como a tarefa tradicional atribuída à mulher. Lar e Maternidade são instituições específicas desse grupo social (LUZ, 1982, p.11). É a partir dessas concepções que a identidade feminina é construída socialmente e transmitida pela Educação, pela Moral e pela Religião.

Pelo fato da identidade estar sobreposta à subjetividade, existe a diferença - entendida como “criação lingüística”, ou seja, como criação do mundo cultural e social. Nesse sentido, identidade e diferença são ativamente produzidas pelo contexto cultural e social (WOODWARD, 2000).

O sistema social mantém-se constantemente vigilante e aciona com frequência o seu mecanismo repressivo para manter os comportamentos dos grupos nos limites mínimos, assegurando a coesão social. Esta é conseguida com certo grau de coerção sistemática (ESPINHEIRA, 1984).

Durkheim (1960) considerou que toda diferença encontrada no sistema social era patológica, anormal, resultante da originalidade individual já que existe uma ordem social. A diferença, nessa abordagem, é entendida como inferioridade, algo que está fora do normal, construída por indivíduos desviantes (com problemas psicológicos) ou por divergentes (contrários à ordem social).

Espinheira (1984) afirmou que:

A prostituição é um exemplo de divergência, tanto para quem a exerce na condição de pessoa prostituída, como para aquele que dela se serve. A prostituição - quando concentrada em áreas determinadas - tende a criar uma comunidade prostitucional em que os valores comportamentais desviados, aberrantes ou transgressores, assumem o caráter de normalidade, isto é, de expectativa de conduta, desenvolvendo uma outra ordem normativa padronizada que diverge profundamente daquela outra predominante na sociedade circundante. A subcultura daí resultante não é tão somente relativa aos comportamentos sexuais, mas à trama de relações sociais decorrentes do permanente estado de divergência e do isolamento que resulta da segregação que a sociedade maior mantém com referência a essas comunidades (p. 29).

Segundo Espinheira, entende-se por comportamento divergente o tipo de conduta que não segue os padrões normativos e implica necessariamente em transgressão. Essa transgressão cria alternativas que não são validadas pelo sistema de valores adotado por indivíduos ou por agrupamentos. A divergência – em relação a determinados padrões – torna-se a ordem normativa e forma subculturas próprias.

De acordo com os estudos antropológicos realizados em todos os tipos de cultura, não há informações sobre sociedades que tenham existido ou existem sem uma ordenação dos comportamentos sexuais de seus membros.

Na conduta sexual existe a separação entre a sensação de prazer (o sexo em si mesmo) e a reprodução da espécie. As próprias características biológicas do ser humano permitem essa separação: sexualidade contínua e não - cíclica (cio); gestação prolongada sem retração dos impulsos eróticos na mulher; fecundação do mesmo óvulo uma única vez; geralmente uma cria em cada parto. Tal situação explicita que os contatos sexuais que se sucedem à fecundação da mulher não possuem uma funcionalidade de reprodução, mas de satisfação sexual e que se torna uma necessidade para os seres humanos.

Observou-se, na grande diversidade de culturas das sociedades, que o comportamento sexual ocupa lugar preponderante na estrutura dessas sociedades. Não só por suas características biológicas, como também, e com base nelas, na determinação do sistema normativo global.

A conduta sexual, na organização social ocidental, está limitada à constituição da família. O sexo constitui-se num meio, não é, portanto, um fim em si mesmo. A família “é a única instituição social encarregada de transformar um organismo biológico em ser humano”, é estruturada a partir da união sexual entre duas pessoas de sexos opostos e dos filhos resultantes dessa união, que é em parte biológica e em parte social. O casamento - é o mecanismo de organização desse grupo básico - é entendido, em sentido amplo, como instituição ou costume que se destina a regulamentar, legitimar e monopolizar a conduta sexual. Espinheira (1984) ressalta que:

A sociedade, através de seu sistema normativo padronizado, estabelece gradações com relação à conduta sexual, tomando como referência o tipo ideal representado pelo casamento, exemplo de conduta sexual legitimada e prestigiada, enquanto que, no outro extremo, estão as relações extraconjugais, especialmente em se tratando de prostitutas, onde se verifica a compra do desempenho da pessoa na prestação dos serviços sexuais (p.34).

A prostituição representa o lado negativo do ideal de comportamento (casamento-família), caracterizando-se como indesejável e perigoso, sobretudo quanto aos aspectos morais e da ameaça aos costumes. A prostituição, por ser indesejável, não finda pelo fato de que a própria sociedade a mantém, seja pela exigência do cumprimento e manutenção das normas de condutas

sexuais vigentes, ou por não ter condições de acabar com a prostituição sem provocar profundas mudanças em sua estrutura.

A prostituição não pode ser vista como um fenômeno que está interferindo no processo social, mas como parte desse mesmo processo que a gerou e a mantém. Os valores prescritos pelo sistema tendem a considerar a prostituição como uma aberração. Os necessários desvios, coerentes com a sexualidade natural entram, dessa forma, em conflito com a conduta sexual imposta pela sociedade e, tal fato, cria um permanente estado de angústia.

A disseminação de doenças venéreas e, acima de tudo a miséria social decorrente da estigmatização, a violenta depreciação humana das pessoas que se entregam à prostituição, a repressão sistemática, são formas concretas que a sociedade desenvolve com relação à prostituição (ESPINHEIRA, 1984, p.35).

Sousa (2000) afirmou que a expressão mal necessário implica uma série de conotações sociopolíticas e culturais no que se refere ao problema da prostituição. A autora frisa a importância do estudo desse antigo chavão “para que se possa entender a tese da existência dos prostíbulo como fator de proteção e preservação das famílias da sociedade. O que se presencia, apesar dessa tese, é a visão da prostituição, ainda hoje, como anomalia e sujeira” (p.69).

PROSTITUIÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Muraro (1983) – estudando a sexualidade a partir do sistema produtivo capitalista – apontou que a relação que temos com nosso próprio corpo, desde o nascimento, já é condicionada pelo lugar que ocupamos no sistema produtivo.

A sexualidade, então, que deveria ser o lugar de nossa vida, em que o prazer pudesse ser mais intenso e gratificante, é a que mais sofre com esses condicionamentos (p.13).

A autora argumenta que existe uma transferência do prazer para atender às necessidades capitalistas. Além disso, a autora esclarece que:

O corpo (psíquico, sexual) é a base da percepção e organização da vida humana, tanto no seu sentido biológico como social. Assim, falar, andar, olhar, são modos socialmente determinados de sentir e pensar e toda uma visão do mundo. Esta visão passa pela divisão social do trabalho: há gestos e posturas, modos de ser considerados masculinos e femininos e através deles meninos e meninas se identificam com seu sexo, tal como ele é socialmente definido. Daí a cisão cultural da visão do mundo do homem e da mulher. Assim, qualquer gesto envolve o reconhecimento de uma ordem política dada, que distingue a posição hierárquica dos homens, das mulheres, das idades, etc. (p.23).

Foucault (1988) revela que a partir do século XVII o poder soberano começou a exercer controle sobre a vida. O corpo passou a ser visto como máquina, portanto era necessário que esse corpo fosse adestrado, ampliado em suas aptidões, extorquido em suas forças para que ele tivesse crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade e se integrasse em sistemas de controle eficazes e econômicos – “tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano” (p.131).

Uma outra forma de controle desenvolveu-se no século XVIII. “Centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a

longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população” (p.131).

A doença, percebida de uma perspectiva biológica, pode também ser analisada a partir da ótica social. A propagação intensa de uma doença causa alterações na economia, nos comportamentos afetivos e também nas práticas de certos costumes (SANTANA, 1996). Estudando a relação entre a prostituição, sífilis e decadência racial, Santana salienta que “uma situação de epidemia venérea pode colocar para as sociedades problemas envolvendo o questionamento de princípios e práticas ligados à sexualidade (sendo alvo preferido os comportamentos ditos desviantes), a preocupação com as formas e contágio e as maneiras de restringi-lo e, de uma maneira geral, a preocupação com relação à decadência social” (p.44). A autora argumenta que:

Em sociedades como a nossa, que estabelecem uma hierarquia para as diversas partes do corpo, associando a parte superior, particularmente a cabeça, ao intelecto e a parte inferior do abdômen e a região genital à idéia de algo moralmente inferior, as doenças ligadas às práticas sexuais podem ensejar o aparecimento de cargas simbólicas mais estigmatizantes que outros tipos de doenças. Se a incidência da doença recair sobre um grupo sexual considerado transgressor, é possível que o caráter negativo dos doentes e da própria doença seja aumentado (p.44-45).

Santana revela que na Bahia, na década de 1893, o médico Júlio Pereira Leite apontava a sífilis como responsável pela decadência da raça e pela acentuada taxa de mortalidade. O médico argumentava ainda que a liberdade com que a prostituição grassava na capital era um fator determinante para a grande incidência do mal venéreo. A autora comenta que “esta associação entre sífilis e prostituição, uma vez que as relações sexuais eram e são o principal veículo de contágio, fazia com que as medidas de prevenção e combate da doença mantivessem estreita relação com as atitudes frente ao fenômeno prostitucional” (p.48). Médicos, higienistas e outras autoridades – como a Delegacia de Jogos e Costumes – interviam na atividade das prostitutas.

Goffman (198) frisa:

As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida (p.14-15).

Goffman revela que “a pessoa com um atributo diferencial vergonhoso pode romper com aquilo que é chamado de realidade, e tentar obstinadamente empregar uma interpretação não convencional do caráter de sua identidade social” (p.20). As prostitutas têm criado organizações no intuito de fortalecer as suas cidadanias, assegurando o reconhecimento da categoria, defendendo e promovendo os seus direitos.

O Deputado Fernando Gabeira - autor do projeto de lei nº 98/2003 que dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual - aduz que a prostituição é atividade contemporânea à própria civilização e nunca deixou de existir porque a própria sociedade que a condena a mantêm. Acrescenta que o único caminho digno é admitir a realidade, tornando possível a exigência de pagamento pelos serviços prestados e, por conseqüência, reduzindo os malefícios resultantes da marginalização da atividade. O projeto do Deputado Gabeira baseou-se

em legislação aprovada na Alemanha, onde também se suprimiram as condutas criminosas ligadas à prostituição. O Deputado Gabeira, no relatório do projeto, argumenta que:

Houve, igualmente, várias estratégias para suprimi-la, e do fato de que nenhuma, por mais violenta que tenha sido, tenha logrado êxito, demonstra que o único caminho digno é o de admitir a realidade e lançar as bases para que se reduzam os malefícios resultantes da marginalização a que a atividade está relegada. Com efeito, não fosse a prostituição uma ocupação relegada à marginalidade - não obstante, sob o ponto de vista legal, não se tenha ousado tipificá-la como crime - seria possível uma série de providências, inclusive de ordem sanitária e de política urbana, que preveniriam os seus efeitos indesejáveis”.

CONCLUSÃO

Apesar da mobilização das prostitutas e dos projetos de regularização da atividade, a prostituição de rua – diferentemente da prostituição agendada por telefone - é ainda considerada uma atividade desviante.

As condutas sociais regem os comportamentos sexuais do homem e da mulher e tendem a discriminar o comportamento sexual da mulher que foge ao padrão estabelecido. O comportamento da piriguete é relacionado ao da mulher espivitada. A piriguete é considerada a garota trêfega, a qual a moral dos bons costumes não reprimiu o seu ímpeto sexual. A sua sexualidade - vista como exacerbada - é estigmatizada e anunciada em letras de pagode como não característico de uma mulher séria. A piriguete não toma a prostituição como profissão. A sua ação social relaciona-se com a diversão.

As teses que relacionam a prostituição como mal necessário e as que associam a piriguete como mulher perigosa revelam o mito que se esconde por detrás da sexualidade feminina, a qual se expressa para além do órgão genital (MURARO, 1983).

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, R. **Piriguetinhas e Putões**: caraminhosas fantasias de um putoso. Texto do Festival da Livre Expressão Sexual de 2005.

ESPINHEIRA, G. **Divergência e prostituição**: uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GABEIRA, Fernando. Projeto de lei nº 98/2003. Disponível em: <<http://www.gabeira.com.br>>. Acesso em: 04 jul. 2006.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

HALL, S. **Representation**: cultural, representations and signifying practices. Londres: Sage/ The Open University, 1997.

LUZ, M. T. **O lar e a maternidade:** instituições políticas. In: O lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MURARO, R. M. Corpo e Sexualidade. In: _____. **Sexualidade da Mulher Brasileira.** Petrópolis: Vozes, 1983.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SANTANA, N. Prostituição, Sífilis e Decadência Racial. In: **Cadernos do CEAS,** Salvador, n. 163, 1996.

SOUSA, F. **O Cliente:** o outro lado da prostituição. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais Petrópolis: Vozes, 2000.